

A espada de Dâmocles: As eleições de 1933 no Rio Grande do Sul – entre o exílio, repressão e conspiração

Under the sword of Dâmocles: the 1933 elections in the Rio Grande do Sul - between exile, repression and conspiracy

Rafael Saraiva Lapuente¹

RESUMO



Este artigo analisa as disputas e o contexto político envolvendo o pleito eleitoral de 1933 no Rio Grande do Sul, o primeiro desde as revoluções de 1930 e 1932. Buscamos compreender o novo cenário político regional, com o exílio e conspirações partidas da oposição, coligada na Frente Única Gaúcha, e do novo partido fundado por Getúlio Vargas, Flores da Cunha e Oswaldo Aranha, o Partido Republicano Liberal, que utilizou de diversas práticas para anular, politicamente, a Frente Única Gaúcha (FUG). Estas incluíram fraudes, coerções e repressão.

Palavras-chave: FUG.; Partido Republicano Liberal; Governo Vargas; Florismo; Eleições..

ABSTRACT



This article analyzes the disputes and the political context surrounding the 1933 election campaign in Rio Grande do Sul, the first election since the revolutions of 1930 and 1932. We seek to understand the new regional political landscape, with exile and conspiracies of the opposition matches, associate in United Front Gaucho, and the new party founded by Getúlio Vargas, Flores da Cunha and Oswaldo Aranha, the Liberal Republican Party, which used different practices to cancel, politically, the Frente Única Gaúcha (FUG), with fraud, coercion and repression.

Keyword: FUG; Republican Liberal Party; Vargas government; florism; elections.

¹ Mestre em História pelo Programa de Pós Graduação em História – PUC-RS. Doutorando PUC-RS. bolsista DE/CAPES. e-mail: rafael.lapuente@acad.pucrs.br

INTRODUÇÃO

Neste artigo, procuraremos analisar as disputas ocorridas no pleito de 1933, no Rio Grande do Sul, e seu contexto, marcado pela repressão partida do Governo Provisório de Getúlio Vargas e da Interventoria de Flores da Cunha, bem como pelo exílio das lideranças partidárias que eram ligadas à oposição, composta pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e pelo Partido Libertador (PL), coligados na Frente Única Gaúcha (FUG). A conjuntura também foi marcada por movimentos conspiratórios partidos antes do pleito e depois deste pela FUG.

Naquele momento, estavam os *frenteunistas* conspirando junto a exilados políticos de outros estados, sobretudo de Minas Gerais e São Paulo, visando, também, derrubar o Governo Vargas por meio de um movimento armado. Deste modo, os *frenteunistas*, junto a paulistas e mineiros, buscavam um movimento unificado neste intento. Como veremos adiante, uma série de complicadores surgiram para isso.²

A relevância desse estudo se acresce, sobretudo, porque esse é o primeiro pleito *pós-Guerra Civil* de 1932. Se o Rio Grande do Sul não registrou grandes movimentos militares nesta guerra civil, por outro lado, o impacto no cenário político do estado não é pequeno: o Interventor Flores da Cunha, ligado ao PRR, não seguiu a orientação partidária de apoio ao movimento de São Paulo. Ele se manteve ao lado do Governo Provisório, reprimindo as articulações de seu partido e dos libertadores, que desde a *Revolução* de 1930 compuseram juntos a FUG. Reprimindo os insurretos, Flores da Cunha foi obrigado a fundar uma nova agremiação, o Partido Republicano Liberal (PRL), reacendendo o tradicional bipartidarismo no estado, fator este que esteve presente em toda a Primeira República.

A *Guerra Civil* de 1932 também afastou do comando político tradicionais lideranças, como Borges de Medeiros. Ele esteve como Presidente do Estado durante 25 anos. Isto é, foi o que mais tempo governou no País, durante a Primeira República (LOVE, 1975). A nova situação, também, ascendeu à força política do Interventor, que teria neste pleito seu primeiro teste da máquina política, após garantir sua manutenção no comando do estado, reprimindo os revoltosos, em 1932.

De todo modo, as consequências posteriores dessa eleição não foram pequenas, pois houve um impulso dos movimentos conspiratórios partido dos exilados, sobretudo da Argentina e Uruguai. Isso aconteceu, muito em parte, devido à desilusão da oposição em derrotar Vargas pelo voto. Já pelo lado do PRL, aqui, ligado a Getúlio Vargas e Flores da

² Tratei da conspiração *frenteunista* no momento pré-1932 em dois artigos. Confira: Lapuente (2015a) e Lapuente (2015b)

Cunha, essa questão representou maior cautela com as articulações que partiam do exílio, buscando neutralizar a oposição para o pleito seguinte, de 1934. Desta forma, acreditamos que estudar esse cenário político trará contribuições importantes para compreender a primeira etapa da era Vargas (1930-1937) e do governo de Flores da Cunha, no Rio Grande do Sul do mesmo período.

Buscamos, por meio do escopo regional, compreender este período. Isso porque concordamos com Ana Reckziegel, quando ela afirma que o estudo regional oferece novas óticas de análise para a compreensão da perspectiva *macro*. Os estudos regionais podem apresentar todas as questões pertinentes e trabalhadas pelo âmbito “nacional” por meio de um ângulo em que faz aflorar o específico, o próprio e o particular na pesquisa (RECKZIEGEL, 1999).

Antes de prosseguirmos, gostaríamos de fazer mais alguns esclarecimentos no que tange a parte teórica. Assim, entendemos partidos políticos como agrupamentos de pessoas que visam “conquistar e preservar o poder” (MOTTA, 1999, p. 11). Claro que, no caso do PRL, seu surgimento se deu através da necessidade de *preservar* o poder e legitimar o posicionamento daqueles que optaram em apoiar o Governo Provisório, indo na contramão das determinações partidas do PRR-PL. No seu caso, é importante tomar nota no que diz Serge Berstein (2003, p. 67-68) acerca do surgimento de novos partidos:

Para que nasça um novo partido, é necessário [...] que, no interior do movimento evolutivo constatado, se produza uma crise, uma ruptura bastante profunda para justificar a emergência de organizações que, diante dela, traduzam uma tendência de opinião suficientemente fundamental para durar e criar uma tradição capaz de atravessar o tempo [...].

Desta forma, vimos que o surgimento do PRL se caracterizou, justamente, por nascer do seio de uma intensa convulsão política, oriunda de uma guerra civil e da intransigência dos partidos tradicionais em recomporem com o situacionismo estadual. Todavia, em contraponto a assertiva de Berstein, o PRL não conseguiu formar uma tradição duradoura. Isso porque, após seu fechamento pelo Estado Novo, não se arregimentou novamente em uma força política, como aconteceria com o Partido Libertador³, tendo em vista que seus

³ O PL foi, das agremiações gaúchas, a única que foi “refundada” depois do Estado Novo, existindo até o Golpe Civil-Militar de 1964, sob liderança de Raul Pilla. Ainda que tivesse representação em outros estados, uma exigência imposta pela abertura política, após a queda do Estado Novo, sua maior representação política foi ainda no Rio Grande do Sul. Confira: Cortés (2007); Taufner (2008) e Bueno (2006).

membros dividiram-se, majoritariamente, entre a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Social Democrático (PSD).

Já a FUG foi uma aliança composta por antigos rivais. Foi firmada entre os republicanos do PRR e os federalistas, que estavam ligados no PL e a republicanos dissidentes ligados a Assis Brasil.⁴ Ambos os núcleos que formavam o PL foram protagonistas de duas guerras civis: a primeira, a “Revolução Federalista”⁵ de 1893, talvez a mais violenta da Primeira República; a mais recente, de 1923, que contestava o predomínio *borgista*. Nesse sentido, de acordo com Maurice Duverger (1970, p. 360), há alianças entre partidos muito efêmeras e desorganizadas, simples coligações provisórias que visam obter vantagens eleitorais ou derrubar/sustentar um governo, enquanto há alianças duráveis, “providas de sólido arcabouço que, por vezes, as faz assemelhar-se a um superpartido”.

Nesse caso, é importante ressaltar que, mesmo que a FUG, nesse caso, pudesse parecer ser uma coligação que visasse *exclusivamente* derrubar o Governo Provisório ou a Interventoria, formaram uma aliança bastante sólida: PRR e PL estariam juntos desde a eleição de Vargas à presidência estadual, em 1927, formalizando sua aliança na campanha da Aliança Liberal, permanecendo juntos até o golpe do Estado Novo, em 1937. Neste recorte cronológico, estiveram sempre disputando o poder em nível regional e nacional, buscando acordos com as oposições de outros estados e não deixando de dialogar, em alguns momentos, até mesmo com Vargas e com Flores da Cunha. Participaram da *Revolução de 1930* e da *Guerra Civil de 1932*, indo para o exílio e participando dos pleitos eleitorais sempre coligados. Por isso, sua analogia de “*superpartido*”, se soa exagerada por um lado, de outro, não deixa de ter fundo de verdade, porque demonstra a atuação da FUG como um partido unificado contra o PRL e Vargas.

Esclarecida esta parte, abordaremos, em um único tópico, o contexto político que rondou as eleições de 1933 no Rio Grande do Sul, a repressão governista e as articulações e conspirações da oposição estadual, tanto dos presentes no estado como dos exilados.

REPRESSÃO, EXÍLIO E CONSPIRAÇÃO: A NOVA ORDEM POLÍTICA NO ESTADO

⁴ Joaquim Francisco de Assis Brasil foi um republicano dissidente do PRR, se afastando do Partido no início da Primeira República. Na década de 1920, sendo candidato a Presidente do Estado, em 1922, formou a Aliança Libertadora. Contestando o resultado da eleição, organizou um levante armado, que ficou conhecido como *Revolução de 1923*.

⁵ A Guerra Civil Federalista ocorreu em 1893 e durou até 1895. Ela envolveu republicanos e federalistas. Os primeiros queriam conservar a manutenção no poder estadual, enquanto os federalistas retomá-lo. Isso tendo em vista não somente a sucessiva troca de governo durante os primeiros anos da República, como, também, pelo fato de os federalistas serem herdeiros do Partido Liberal na Monarquia, agremiação gaúcha mais forte no Império. A vitória na Guerra Civil garantiu ao PRR o comando político do estado. Cf.: Love (1975) e Franco (1996).

Terminada a *Guerra Civil* de 1932, a maioria dos rebeldes foi exilada. Com a exceção de Borges de Medeiros.⁶ Após muita insistência de Flores da Cunha, o Interventor conseguiu convencer Vargas a manter o chefe republicano no País (Arquivo Getúlio Vargas, 20.11.1932). O zelo de Flores da Cunha pelo *velho Borges* chegou ao ponto de ter, supostamente, bradado “louvado seja nosso senhor Jesus Cristo” quando soube de sua captura vivo (CORREIO DO POVO, 1935). Borges acabou passando por um “*exílio interno*” no Recife, onde havia cursado Direito no século XIX e onde deveria, ao menos em tese, ficar isolado no que dizia respeito à política, o que efetivamente não ocorreu. Na documentação analisada para esse artigo, existe ampla troca de telegramas entre exilados e políticos que permaneceram no País com o chefe do PRR, durante todo seu internamento em Pernambuco. Essa documentação confirma a vigilância feita de perto por Juraci Magalhães⁷, em comunicado a Getúlio Vargas:

Conspira-se aqui com uma certa intensidade. Estou apurando com muita cautela [...] Assim é que sei mais que já vieram dois emissários do Sul [...] que aqui estiveram e prosseguiram para Pernambuco, onde se entenderam com Borges de Medeiros [...] tenho metido na conspiração um oficial de polícia que me fornece todas as informações. (Arquivo Getúlio Vargas, 07.03.1934).

A *Guerra Civil* causou dissidências na FUG. Muitos membros do PRR, como também alguns libertadores, discordaram do posicionamento das chefias dos partidos e se mostraram solidários com o *florismo* e o *varguismo*, mas Flores da Cunha ainda procurou manter a FUG, e não fundar uma nova agremiação. Nesse sentido, João Neves da Fontoura⁸ relatou, na Câmara Federal, um encontro que teve com Maurício Cardoso.⁹ Neste, Cardoso, que havia assumido a direção do PRR, falou aos exilados que o Interventor teria considerado

⁶ Líder do PRR desde a morte de Julio de Castilhos, em 1903. Foi Presidente do Estado durante quase toda a Primeira República, sendo sucedido, em 1907, por Carlos Barbosa, também do PRR. Deixou o Governo Estadual em 1927, em função do Pacto de Pedras Altas. Teve atuação política relevante até o Estado Novo. Foi, em 1934, deputado federal. Concorreu a Presidência da República de forma indireta no mesmo ano, sendo derrotado por Getúlio Vargas. Sobre a atuação de Borges de Medeiros nos anos 1930, ver: Lapuente (2016) e Dias (2001).

⁷ Partícipe do movimento “revolucionário” de 1930, Magalhães foi nomeado, em 1931, interventor da Bahia, reprimindo manifestações de apoios aos paulistas. Em 1933, fundou o Partido Social Democrático na Bahia, garantindo maioria em prol de Vargas na Assembleia Nacional Constituinte (ABREU, 2001).

⁸ João Neves da Fontoura era um dos membros mais destacados do PRR. Foi o “representante” gaúcho em São Paulo na *Guerra Civil* de 1932. Nota-se, na documentação analisada, que agia como informante ao Rio Grande do Sul sobre o que ocorria em São Paulo. Futuramente, seria líder das *Oposições Coligadas* na Assembleia Nacional Constituinte, saindo dela em fins de 1936. Sobre isso, ver: Mourelle (2015) e Lapuente (2016)

⁹ Maurício Cardoso se tornou líder do PRR depois da *Guerra Civil* de 1932. Foi responsável pela elaboração do Código Eleitoral como Ministro da Justiça, meses antes de apoiar o movimento armado. Seria deputado estadual constituinte e um dos principais adversários de Flores da Cunha, pouco antes do golpe de 1937. Sobre Cardoso, cf. Cortés (2007).

o incidente militar de 1932 encerrado, e não desejava dispersar a política regional. Ou seja, Flores da Cunha se dizia contrário à formação de uma nova agremiação. Isso porque ele dissera ser contra a quebra de quadros nos tradicionais partidos políticos, convidando Maurício Cardoso para assumir a pasta da Secretaria de Negócios do Interior e controlar as eleições de 1933. Contudo, as tratativas não teriam avançado devido ao retorno de Maurício Cardoso para Porto Alegre sem procurar Flores da Cunha (FONTOURA, 1978).

Em função do “vácuo” deixado por Cardoso, Flores da Cunha se viu obrigado a fundar a nova sigla imediatamente após o fim do movimento armado. Assim, surgiu o PRL. Congregando os situacionistas, sendo composto, majoritariamente, por dissidentes do PRR, embora alguns libertadores também compusessem a Agremiação. Foi o PRL a nova base política do quarteto Vargas, Flores, Aranha e Antunes Maciel.¹⁰

Nesse sentido, a afirmação de Luciano Aronne de Abreu é bastante esclarecedora:

A partir de 1932, portanto, o Rio Grande do Sul voltou a viver a sua tradicional polarização política, porém agora sob um novo viés: de um lado a FUG, antigetulista e antiflorista; de outro os partidários dessas duas lideranças – Vargas e Flores – que, ao dissentirem de seus partidos, formaram o Partido Republicano Liberal (PRL). [...]. Assim, a criação do PRL visava justamente reorganizar o sistema político e partidário nacional e regional, de modo a garantir a sustentabilidade dos seus respectivos governos. (ABREU, 2007, p. 84-85).

A formação oficial da nova agremiação teve a presidência Oswaldo Aranha, durante a convenção de fundação, em 15 de novembro de 1932. Este congresso contou “com a maciça participação dos prefeitos, dos chefes políticos e dos comandantes dos corpos militares do estado” (CASTRO, 1980, p. 61). No discurso de Aranha, ficou clara a ressalva de que a liderança da política regional seria Flores da Cunha, alertando que servir ao Rio Grande seria um sinônimo de subserviência ao seu Interventor, uma forma de legitimar Flores da Cunha como líder do novo partido. Houve, também, pronunciamentos de Flores e Vargas: o primeiro, evocou sua fidelidade partidária ao PRR, desde a revolta de 1923, assim como atacou o posicionamento atual dos libertadores, aliados dos republicanos neste momento, mas que chamavam Borges de tirano e saíram em armas para derrubada de seu governo em 1923; já Vargas, enfatizou que o Partido surgiria como fênix das cinzas dos velhos partidos.

¹⁰ Foi Ministro da Justiça e responsável por controlar as eleições de 1933 em âmbito nacional. Muito ligado a Flores da Cunha, chegou, inclusive, a romper com Vargas, em 1937, para ficar ao lado do então governador do estado. Sua ligação com Flores da Cunha foi notada por Elíbio Junior. (2006) e Ângela de Castro Gomes (1981).

Estes, segundo o Presidente, estavam perdidos em seus princípios básicos, sendo o Rio Grande salvo por aquilo que chamava de “braço vigoroso” do interventor gaúcho (O PARTIDO..., 1933).

O que podemos concluir, analisando os discursos de fundação do PRL, foi a tentativa de mudança na postura política dentro do cenário regional, abandonando a postura intransigente da FUG, que agora estava na oposição. Também foi a primeira vez, desde a ascensão de Julio de Castilhos, *pós-Guerra Civil Federalista*, que o PRR foi afastado das instâncias de poder na República. Junto com a queda dos republicanos no comando do estado, a nova conjuntura marcou o início do ostracismo político de Borges de Medeiros. É notório observar que, alertando para os erros dos partidos tradicionais no Rio Grande do Sul, o PRL buscava se legitimar como uma nova força política, que nascia controlando toda a máquina burocrático-administrativa do estado. Até mesmo o jornal do PRR, *A Federação*, passou a ser administrado pelo *florismo*.

A fundação do Partido contou com o intenso trabalho de Antunes Maciel e Oswaldo Aranha, que buscaram cooptar apoios no interior do estado para a nova agremiação, antes e depois de sua fundação. Antônio Elíbio Junior (2006), por exemplo, afirmou, em sua tese de doutorado, ter encontrado 23 telegramas de Maciel e 13 de Aranha buscando correligionários para a nova agremiação. O que englobou tanto a cooptação de membros na capital quanto interior, indicando um forte trabalho de adesão realizado pelos dois. Ainda, o PRL contou com o apoio de setores importantes da economia regional: apelando para a “pacificação regional” e alegando realizar obras infraestruturais, como frigoríficos e ferrovias, o Partido conquistou o apoio do setor industrial gaúcho. Estes, recusando o convite de um ‘Partido Econômico’, optaram por aderir à nova agremiação regional (PESAVENTO, 1980; ELÍBIO JUNIOR, 2006). Essas adesões foram importantes, sobretudo porque, a partir de 1935, a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul teria vagas para deputados assumirem como representantes classistas. Essa nova composição, por sinal, iniciou no âmbito nacional desde a Constituinte de 1933. No Rio Grande do Sul, eles se posicionariam, via de regra, ao lado do PRL.

De acordo com Loiva Otero Félix (1996), o estado *castilhistaborgista*, na Primeira República, moldou sua estrutura de poder através de duas diretrizes: a cooptação e a coerção. A primeira, através da integração de coronéis na estrutura partidária municipal, nos postos que implicavam contato/obediência; na segunda diretriz, o controle se deu por meio de um bem montado aparato policial repressivo. Nesse sentido, acreditamos que as cisões da *Guerra Civil* de 1932 moldariam, através do PRL, um modelo de sustentação e legitimação alicerçado também na estrutura de cooptação e coerção contra republicanos e libertadores.

Nas disputas pelo poder político, as eleições de 1933 foram a primeira demonstração mais incisiva disso: o PRL e o *florismo* utilizaram a cooptação para manter o poder de aliados

políticos no interior do estado e, quando este esteve sob ameaça, usaram a coerção como forma de garantir a estrutura política vinculada à Interventoria.

Os primeiros anos *pós-1932* levaram Flores da Cunha a ser a garantia de ordem e de fidelidade ao Governo Provisório no Rio Grande do Sul. Isso porque, enquanto estivesse em seu controle, estava distante de hostilidades ao Governo Central. Sua lealdade com Vargas lhe deu projeção política nacional, o que redundou em ter maior poder de barganha junto ao Governo Federal. Se Flores da Cunha, de 1930 a 1932, foi um interventor que controlava a administração estadual, mas não possuía tanta influência nas decisões partidárias, assistindo os chefes da FUG tomarem deliberações sem muitas vezes consultá-lo, a partir desse momento, o Interventor passou a ser a figura principal da política do Rio Grande do Sul. Flores da Cunha fez isso, controlando soberanamente o PRL, que passou a ser o Partido dominante no estado.

Em nível nacional, o PRL contou com o ex-libertador Antunes Maciel Jr. no Ministério da Justiça. Segundo Hélgio Trindade (1980, p. 156), isso foi uma “prova do bom andamento das relações de Vargas com o Rio Grande do Sul”. Essa pasta teve muita relevância política, pois foi através deste Ministério que coube a elaboração legal da regulamentação do Código Eleitoral. Além disso, também teve a função de elaborar o Regimento Interno da Assembleia Constituinte e de decidir sobre a cassação dos direitos políticos de sediciosos em 1932. Dentro deste contexto, grande parte dos entraves encontrados por Maciel Jr. na pasta foram sempre debatidas com o Interventor Gaúcho, fato que lhe garantiu uma nova situação de poder (ELÍBIO JUNIOR, 2006),¹¹ podendo influenciar a formação do novo regime político que seria fruto do resultado do processo de constitucionalização.

Enquanto isso, a FUG, junto com revolucionários de outros estados, se encontrou no exílio. Com boa parte de suas lideranças fora do País, os *frenteunistas* discutiam sobre a maneira de agir em função do novo momento político. Nesse sentido, no meio dos exilados existia uma cisão entre aqueles que pretendiam levar adiante a luta iniciada em 9 de julho e os que deram o processo como encerrado, aguardando a possibilidade de volta ao regime constitucional em um prazo não muito longo.

O grupo radical se concentrou, sobretudo, no Uruguai e na Argentina. Nestes países, programaram, para maio de 1933, a eclosão de um novo movimento armado, enquanto buscavam obter recursos para a compra de material bélico. Mesmo dentro do grupo “radical” existiam desarticulações: Euclides Figueiredo e Basílio Taborda¹², que eram exilados

¹¹ Em um telegrama de Antunes Maciel para Flores da Cunha, logo após sua posse, pudemos verificar que a afirmação de Elíbio Jr. tem fundamento. Nela, Antunes Maciel desabafou sobre os problemas acumulados na pasta (anteprojeto constitucional, cassação de direitos, regulamentação de jogos), bem como os entraves na comissão dos 31, encarregada de redigir o projeto. Além de tudo, comemorou muito que seu próprio nome foi bem visto pelo círculo político. Arquivo Getúlio Vargas, 20.11.1932, CPDOC-FGV, GV c 1932.11.10.

¹² Euclides Figueiredo foi militar e pai do futuro ditador João Batista Figueiredo, e acabou cursando a Escola Militar da Praia Vermelha. Combateu, em 1922, os rebeldes de 1922 na Revolta do Forte de Copacabana. Em 1930, recusou participar do movimento armado, ficando ao lado de Washington Luiz. Já Basílio Taborda era formado na Escola Militar de Porto

paulistas, disputavam a liderança militar do novo levante. Neste ínterim, acabaram ressuscitando querelas de suas antigas agremiações (democráticos e perrepostas). Além deste fracionamento interno, outras questões, como as dificuldades financeiras, as desarticulações na ação dos grupos e o distanciamento geográfico entre os conspiradores (Argentina, Uruguai e Portugal) foram empecilhos importantes naquele contexto. A estes pontos, se somaram à recusa de outros em integrar o movimento, como a de alguns generais de dentro do País que, embora especulados por João Neves, não se concretizaram efetivamente. Pode-se depreender, portanto, que houve uma série de dificuldades enfrentadas pelos exilados “radicais”, que não acreditavam na via eleitoral como um caminho real.

O Governo Federal sabia dessas desarticulações. Especialmente, porque eram mencionadas nos telegramas, que eram vigiados. E o governo *varguista* explorou essa situação, divulgando na imprensa uma carta de Raul Pilla.¹³ Nela, o libertador fez críticas ao tenente paulista Gashypo Pereira, também exilado. Como resposta, Gashypo alegou que Pilla teria “ofendido sua honra”, e exigia “uma reparação entre as armas” com o líder do PL. O caso acabou sendo resolvido, selando-se uma espécie de acordo de paz, sob mediação de outros exilados (NOLL, 1980; Arquivo Flores da Cunha, 01.01.1933; Arquivo Raul Pilla, 08.04.1933).

O que queremos deixar ressaltado aqui é o fato de não haver dúvidas sobre o fato de que todos esses entraves internos também contribuíram para impedir que os exilados conseguissem, efetivamente, uma articulação coesa para confrontar o Governo Provisório. Até porque, aqueles que estavam, sobretudo, no Uruguai, atuaram em liberdade vigiada.

Um informe a Vargas, encontrado pelo historiador Carlos Roberto Rangel (2001), notificava o Presidente que os paulistas presentes na região estavam tomando mais leite de boas vacas do que efetivamente conspirando, devido à descrença que o próprio grupo possuía de si. Neste sentido, o governo uruguaio manteve vigilância sobre os exilados políticos em cooperação com Vargas. Em uma carta de Raul Pilla, Fernando Caldas¹⁴ relatou sua frustração pela colaboração do presidente Gabriel Terra com o Governo Brasileiro, onde o consulado recebia cópia de todas as trocas de telegramas. Na visão de Caldas, o governo Terra estava completamente entregue à “ditadura brasileira”.

Alegre. Combateu o movimento tenentista. Quando coronel do CPOR, no Paraná, recrutou adeptos para o movimento armado de 1932. Foi preso em São Paulo, considerado desertor, e reformado administrativamente. (ABREU, 2001).

¹³ Líder do Partido Libertador. Em 1932, participou da *Guerra Civil* buscando armas na região do Prata. Era professor, médico e editorialista do jornal *O Estado do Rio Grande*. Viria a ser deputado e constituinte estadual. Não apoiou o Estado Novo, diferentemente da cúpula restante do PL. Foi um parlamentarista até o fim da vida, ocupando o cargo de deputado federal de 1945 até 1964. Faleceu em 1973. Sobre Pilla, ver: Bueno (2006).

¹⁴ Segundo a documentação presente no Arquivo Raul Pilla/NUPERGS, era membro do PL. Pertencia a tradicional família Caldas, proprietária do maior jornal do estado no período, o *Correio do Povo*. Ele se desligou do jornal em 1929, sob divergências políticas, não aceitando apoiar a candidatura Vargas. Quando dirigiu o jornal, de 1924 a 1927, imprimiu nele uma linha oposicionista, apoiando a Aliança Libertadora. O *Correio do Povo* procurava ser “isento”, em um contexto marcado por jornais partidários (DILLENBURG, 2015).

Enquanto as oposições se articulavam no exílio, o Rio Grande do Sul se preparava, como o restante do País, para as eleições de maio de 1933. Esse pleito, que formou a Assembleia Nacional Constituinte, foi significativo por retomar as disputas político-partidárias no estado e testar a máquina política do Interventor. O PRL, recém-criado, enfrentaria uma oposição pouco coesa e desarticulada, com suas principais lideranças afastadas do estado. Além disso, os problemas pelos quais passariam os oposicionistas se agravavam na medida em que os recursos para o próprio mantimento no exílio eram escassos e sua penetração no estado se tornava mais restrita, com o fechamento dos jornais *O Estado do Rio Grande* (Arquivo Flores da Cunha, 02.01.1933),¹⁵ vinculado ao PL, do *Diário de Notícias*, pertencente a Assis Chateaubriand, apoiador da *Guerra Civil* de 1932, e da transferência d'*A Federação*, agora órgão oficial do PRL, conforme já mencionamos anteriormente.

Também é verdade que os exilados tinham ciência de que as dificuldades iriam ser enormes nessa eleição. João Neves da Fontoura (1933, p. 224) criticou a cassação de direitos políticos, que, “abrangendo no castigo todas as Frentes Únicas, eliminou praticamente das urnas os dois velhos partidos do Rio Grande do Sul”. Neves comentou as perseguições que os funcionários do interior do estado sofriam, caso não aderissem ao PRL, até mesmo com a demissão do cargo. Em telegrama, o republicano dizia:

Com que roupa vocês imaginam uma eleição? Ou Flores estará apenas com essas violências preparando um fundo de quadro para melhor resaltar (*sic*) a vitória da Frente Única? Claro é que 3 de maio ou de outubro - sei lá quando - só votará quem ele deixar. Vocês alistem, organizem e dirigirão um pleito, de resultado previamente conhecido, isto é, são derrotados. Claro é que nem por pensamentos considero esse trabalho perdido. Considero-o até indispensável. Sem ele desapareceria a Frente Única. Mais daí a achar que essa seja a única solução e que com ela nos devemos conformar vai um abismo, que não me animo a transpor (Arquivo Flores da Cunha, 25.01.1933).

Neves compunha o núcleo dos partidários do movimento armado. Como vimos, ele não acreditava que as eleições seriam praticadas livremente. Notamos que os defensores da participação da FUG no processo eleitoral arriscavam no voto secreto como fator favorável aos *frenteunistas*. Em resposta à carta acima citada, Fausto declarou que a esperança desse grupo estava nisso. Para ele, caso as pressões *floristas* ocorressem apenas no período da propaganda, dava como certa a vitória da FUG (Arquivo Flores da Cunha, 07.02.1933).

¹⁵ Sobre o papel do jornal *O Estado do Rio Grande* no período 1929-1932, ver: Flores (2009)

Raul Pilla, assim como Fausto, também compunha o grupo “pacifista” dos exilados. Em missiva a Mário Amaro, afirmou que:

Seria, com efeito, um crime pensar em revolução, quando se pode vencer uma eleição e esta pode ter efeitos decisivos sobre a vida do país. Nada melhor poderia haver, com efeito, do que poderem o Brasil e, principalmente, o Rio Grande retomar o seu caminho mediante um simples pleito eleitoral, por um ano que fosse (Arquivo Flores da Cunha, 07.02.1933).

Apesar disso, Pilla não era otimista ao enfrentar o situacionismo no estado. Prosseguindo sua missiva, alertava que a FUG iria encarar arrocho policial, compressão do funcionalismo, prisão de correligionários, afastamento compulsório de quem tivesse influência política, censura à imprensa, entre outros. Afinal, analisava que Flores da Cunha e o PRL “não estavam dispostos a entregar as fichas. [...] O poder é tudo para eles. É quase a própria vida” (Arquivo Raul Pilla, 1933). Em contrapartida, a ida da FUG ao pleito de forma unificada reacendeu o velho bipartidarismo no estado, que assim se manteria, também, nas eleições de 1934 e 1935.

De acordo com Carlos Roberto Rangel (2001), como forma de articulação para o pleito eleitoral de 1933, o Partido Libertador organizou um congresso em Rivera. Ocorrido no mês de abril, reunindo os exilados e representantes de cerca de sessenta municípios gaúchos. Nele, se discutiu dois temas: formulação de uma chapa única com o PRR para as eleições de 1933 e as propostas para a nova constituição federal. O Congresso teve dez agentes infiltrados, vindos de São Paulo, para identificar lideranças militares exiladas na fronteira brasileira, como parte do plano de espionagem montado pelo Governo Brasileiro. Flores da Cunha, antecipadamente, já observava as articulações do Congresso, pois, antes da reunião, o Interventor comunicara a Maciel às pretensões *frenteunistas* de fundar um jornal contra o Governo. Também era veemente ao rechaçar a pretensão de Maurício Cardoso em retornar à direção d’A *Federação*. Flores da Cunha, inclusive, ameaçou usar a violência se fosse necessário para impedir isso (ELÍBIO JUNIOR, 2006).

Mas, no dia do pleito, a máquina *florista* de fato entrou em ação para garantir a vitória do PRL. Uma série de ações foram executadas pelo *florismo*, como dificuldades para realizar o cadastramento eleitoral da FUG e sua campanha, a recusa de autorizações de comícios públicos, restringindo e prendendo líderes *frenteunistas*, além de ameaças e violências efetivas, sobretudo no interior do estado. Além disso, o PRL possuía o apoio da Liga Eleitoral Católica (LEC), grupo que defendia, entre outras bandeiras, ensino religioso facultativo nas

escolas, assistência religiosa às Forças Armadas e validade civil ao casamento religioso. Sob orientação do arcebispo D. João Becker¹⁶, a LEC apoiou os republicanos liberais, e realizou campanha de boicote aos candidatos da FUG pela *não-adesão* do PL ao programa católico.

Todavia, a posição de D. João Becker originou um grupo “dissidente”, que elegeu Adroaldo Mesquita da Costa pelo PRR. Este grupo alegou que a LEC estava “presa” a um determinado partido. Como afirmou, anos depois, Francisco Carrion, “o arcebispo se vendera a Flores da Cunha. [...] Para os senhores compreenderem aquela atitude de rebeldia, é que nós moços não admitíamos que uma LEC, criada para defender os princípios da consciência católica, viesse a se atrelar a qualquer partido”. Esse apoio ao PRL ocasionou a renúncia de três dos cinco membros da Junta Estadual da Liga (COSTA; CARRION; ROCHA, 1983). Apesar da dissidência, seguiu apoiando o *florismo* contra a FUG. A justificativa dada pelo núcleo de João Becker para manter o apoio aos republicanos liberais foi de que os votos no PRR ajudariam a eleição de políticos que não compactuavam com o programa católico elaborado pela LEC.

Flores da Cunha ainda usou de sua influência junto ao Ministério da Justiça para obter de Antunes Maciel Jr. a impugnação das candidaturas de membros dos *frenteunistas*. Isso ocorreu com a justificativa de terem participado do Movimento de 1932, pedidas em outra missiva com “toda [a] urgência [o] decreto suspendendo direitos políticos”. Em uma manobra calculada, Flores e Maciel também aguardaram que a FUG imprimisse e distribuisse suas cédulas antes da impugnação, já que a Lei Eleitoral estabelecia que o voto para um candidato inelegível anularia todos os nomes na cédula. A jogada *florista-macielista* fez os membros da FUG se desdobrarem para imprimir e distribuir novas cédulas (CORTÉS, 2007; NOLL, 1980).¹⁷

A Interventoria também reprimiu as manifestações da oposição pela imprensa. Segundo Maria Castro (1980, p. 71),

Tanto o *Correio do Povo* quanto o *Diário de Notícias* foram fortemente pressionados pela interventoria: o primeiro teve um diretor e um redator-chefe presos, e o segundo acabou mudando de orientação política, em razão de um contrato negociado por Osvaldo Aranha com Assis Chateaubriand, pelo qual passou ao controle editorial do

¹⁶ Dom João Becker foi um arcebispo gaúcho. Em 1935, criaria a Ação Social Brasileira, considerada de caráter fascista. Teve ação política decisiva em diversos momentos na década de 1930. O mais significativo foi quando entrevistou para Flores da Cunha não resistir militarmente aos avanços de Vargas, em 1937. Isso culminou na “renúncia-deposição” de Flores da Cunha, três semanas antes do golpe do Estado Novo (DIAS, 2015).

¹⁷ O programa dos libertadores para essa eleição, que defendia pontos como alistamento automático aos 21 anos, proibição de militares não reformados de votar, supressão do Senado, proibição da reeleição, entre outros, foi transcrito por Maria Izabel Noll (1980, p. 123-124). Encontramos a atuação de Alberto Pasqualini brevemente relatada apenas por um único trabalho, o de Silva (2012, p. 11-60).

primeiro, em março de 1933. Além disso, Flores da Cunha possuía *A Federação* e o *Jornal da Manhã* para contra-atacar as críticas e denúncias da imprensa da FUG, e não vacilou em apreender edições e até em empastelar os jornais de menor expressão.

No dia da eleição, ocorreram fraudes, buscando burlar a nova legislação eleitoral, a qual previa o sigilo do voto. Essa prática ficou conhecida como “Episódio da Cartolina”, manobra utilizada pelo PRL para violar o voto secreto e “devolvida” pela FUG, que objetivava conquistar o voto do funcionalismo público.

Essa questão se constituiu assim: a Frente Única imprimiu suas cédulas em papel comum, enquanto o PRL utilizou papel cartolina. Alegando violação do voto secreto, já que ele era sigiloso, mas a urna permanecia em público, o que possibilitava conhecer o voto pelo material depositado na urna, a FUG tentou a impugnação dos votos liberais. Os *frenteunistas* alegavam que essa medida transgredia o segredo do sufrágio. Assim, se apoiaram no artigo 97 n° 6 da Lei Eleitoral, que previa anulação dos votos (CORREIO DO POVO, 1933a).

No entanto, uma análise apurada das justificativas da FUG pode esconder o fato de essa artimanha também ter sido adotada por eles. Bruno de Mendonça Lima¹⁸, anos depois, admitiu que os recursos da oposição foram indeferidos devido à atitude da FUG. Segundo o então membro do PL, a FUG

fez a besteira, quando descobriu isso e também distribuiu votos de cartolina. Então o Tribunal Eleitoral não anulou a eleição, porque apareciam os votos para um partido e para o outro. Quer dizer, então a oposição passou a dar para os funcionários públicos o tal voto de cartolina, mas com isso não anularam mesa nenhuma, porque os dois partidos usavam. (LIMA, 1979).¹⁹

Outra acusação de fraude feita pelos *frenteunistas* era de que os candidatos do PRL foram inscritos no dia 28 de abril, após as 18 horas. Isso, de acordo com a FUG, anularia as candidaturas do partido, já que o Código Eleitoral exigia as inscrições até cinco dias antes da

¹⁸ Foi membro do PL, chefe no município de Pelotas, reduto eleitoral bastante significativo no Rio Grande do Sul. Em 1935, passou a defender bandeiras socialistas. Em 1937, discordou da postura hostil do PL em relação ao governador Flores da Cunha, fundando a União Democrática Nacional (UDN), que teria breve duração e nenhuma relação tem com aquela agremiação de mesmo nome criada no pós-Segunda Guerra. Depois de 1945, fundou o Partido Socialista Brasileiro (PSB), seção do Rio Grande do Sul. Cf. Lapuente (2015a), Lima (1979) e Trindade (1980).

¹⁹ Flores da Cunha ganharia, no exílio, o apelido de “cartolina”, conforme demonstrou Elíbio Junior (2006, p. 116).

eleição, que ocorreu em 3 de maio (CORREIO DO POVO, 1933a). No entanto, assim como no “episódio da cartolina”, a FUG não teve sua reivindicação atendida.

Além de tudo isso, mais um acontecimento, este levantado pela imprensa carioca, gerou desconfianças sobre a idoneidade do pleito no Rio Grande do Sul. Assim, o jornal *Correio do Povo* veiculou uma matéria do *Diário de Notícias* carioca, que confirmava a vitória do PRL, mesmo que as urnas ainda não tivessem sido apuradas:

O ‘Diário de Notícias’, comentando o telegrama em que o srs. João Carlos Machado e Heitor Azevedo comunicam ao sr. Antunes Maciel, a vitória do Partido Liberal, pergunta como podem saber disso esses secretários do sr. Flores da Cunha, se o voto foi secreto, as eleições livres e as urnas permaneceram, por assim dizer, fechadas? (CORREIO DO POVO, 1933b).

Mas, no final da apuração, o resultado deu ampla vantagem ao PRL, que venceu por 132.056 votos contra 37.400 da FUG (CORTÉS, 2007). A esmagadora vitória do PRL contra os tradicionais republicanos e libertadores, apesar de todos os reveses que estes enfrentaram, não deixaram de significar que foi bem-sucedido o primeiro teste pelo qual Flores da Cunha passou, tendo em vista que, em praticamente todos os estados, houve incidentes, pelo menos entre as grandes máquinas políticas (São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais), pois o segundo e o terceiro registraram a vitória do grupo político que apoiou Vargas, e de forma bastante maciça. Em Minas, venceu o PP (Partido Progressista), aliado de Vargas, que colocou 30 dos 36 deputados federais, ou seja, 83,3% das cadeiras. No entanto, em São Paulo, a vitória eleitoral dos derrotados pelas armas em 1932 foi esmagadora: a chapa “Por São Paulo Unido”, dos “revolucionários” derrotados de 1932, venceu por larga vantagem, conquistando 17 das 22 cadeiras, uma vitória da oposição que chegou, em porcentagem, a 77,2% (SILVA; SILVA, 2015). Considerando, ainda mais, o fato de os insurretos estarem exilados, esse ponto mostrou a força política do *antivarguismo* no principal estado da Federação, tanto no ponto de vista econômico como considerando a hegemonia do estado paulista na Primeira República.

Apesar do crescimento *florista* dentro do Rio Grande do Sul, a representação rio-grandense sofreu grande revés no Executivo Federal: antes de 1932, o Rio Grande do Sul chegou a ter os ministérios da Justiça, da Agricultura e do Trabalho, três interventorias, a chefia de polícia do Distrito Federal e a presidência da Imprensa Nacional. Após a *Guerra Civil*, sua representação caiu significativamente. Arelado a isso, o papel de figuras políticas pouco conhecidas fez com que a atuação *republicana liberal* fosse discreta na Assembleia

Nacional Constituinte, com pouco uso da tribuna. A atuação coletiva e individual geralmente se deu de acordo com as orientações de Simões Lopes²⁰, líder da bancada do PRL, que atuou articulando os posicionamentos da maioria na Constituinte, sendo o elo do Governo Provisório com a Assembleia (CASTRO, 1980).

Já a FUG, com três deputados, pouco conseguiu atuar na Constituinte, embora o deputado libertador Minuano de Moura tivesse uma atuação destacada como oposição agressiva ao *florismo* e a Getúlio Vargas. Contudo, Flores conseguiu a eleição de Antônio Carlos para presidente da Constituinte. Além disso, em conjunto com os interventores Lima Cavalcanti, Interventor de Pernambuco, Juraci Magalhães, da Bahia, e, posteriormente, Benedito Valadares, de Minas Gerais, formou o “Bloco dos Interventores”. Esse quarteto, se atuasse conjuntamente, poderia conduzir os trabalhos da casa. Mas assistiu, a partir de 1934, um recuo de sua influência (CASTRO, 1980).

Uma das consequências de uma derrota tão marcante da FUG foi o impulso de movimentos conspiratórios contra Vargas e Flores da Cunha, já que o pleito eleitoral e a máquina *florista* terminaram com as esperanças de setores exilados, que imaginavam poder voltar através da anistia.

Assim, por exemplo, a missiva de Raul Pilla a Batista Lusardo²¹ informou que, derrotados pela via eleitoral, “muitos companheiros que desejam uma solução pelas armas, só pensam num levante militar, com a sua consequência lógica, a ditadura da espada”, ressaltando, então, que articulações militares levariam a um endurecimento da “ditadura” Vargas (Arquivo Raul Pilla, 21.06.1932).

Por outro lado, como implicação das conspirações, mesmo com toda a vigilância que o Governo Brasileiro mantinha, Vargas alertou Flores da Cunha em ter atenção com sua segurança particular, tendo cautela para evitar atentados contra sua própria vida e na escolha de sua guarda pessoal. (Arquivo Flores da Cunha, 1933). E o aviso não foi infundado. Realmente houve uma conspiração contra a vida de Flores da Cunha. Um telegrama, enviado ao Interventor por Oswaldo Aranha, avisava que o movimento conspiratório tinha intenção de evitar a reunião da Constituinte, convocando o País para novas eleições. Ainda comunicava Flores da Cunha que

²⁰ Foi líder do PRL na Câmara Federal e correspondente de Flores da Cunha na casa. Ficou ao lado de Vargas em 1932. Há poucos estudos sobre Simões Lopes, mas indiscutivelmente o melhor trabalho ainda é o de Maria Helena Castro (1980).

²¹ Fundador e membro do PL. Apoiou o Movimento de 1932, sendo preso duas vezes. Liderou brevemente as *Oposições Coligadas*, até a FUG romper com o núcleo, em 1936, em função de desacordos com o tema da sucessão presidencial. Lusardo apoiou o Estado Novo, cortando relações com Raul Pilla. Foi embaixador do Uruguai com o objetivo único de vigiar Flores da Cunha, que conspirava naquele país. Depois de 1945, fundou o Partido Social Democrático (PSD) no Rio Grande do Sul. Sobre Lusardo, cf. Carneiro (1977), Lapuente (2015b) e Bellintani (2002).

devem estar aí cinco homens, sob direção de um ex-capitão da Brigada que acompanhou Borges a fim [de] tentarem contra [a] tua vida sendo este atentado [o] início [do] movimento. Primeiro ponto [a] ser ocupado será Livramento. Ripol (*sic*) esteve e ainda está em Uruguaiana [em] ligações [com os] militares feita especialmente com subalternos em todo [o] país. (Arquivo Flores da Cunha, 11.07.1933).

Como ampliação das tramas revolucionárias, ocorreu a fundação do *Comitê de Rivera*, que visava a dar mais responsabilidade às deliberações do exílio, e responder à impotência política que os *frenteunistas* sofriam. Este comitê acabou não evoluindo em função das divergências internas. Ele seria composto por Firmino Paim Filho, Waldemar Rippoll, Marcial Terra e Raul Pilla, com o acréscimo de João Neves da Fontoura, Lindolfo Collor e Batista Lusardo. Haveria a formação de outro, em Buenos Aires, sendo que o de Rivera dizia respeito às articulações no Rio Grande do Sul, enquanto o argentino visaria tratar de assuntos no âmbito nacional. Também foram inventadas maneiras de arrecadar fundos financeiros nos municípios do estado, que deveria ser entregue ao *Comitê de Rivera* (Arquivo Raul Pilla, 07.1933).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Demonstramos o complexo cenário político que permeou o pleito eleitoral de 1933 e suas repercussões nas relações políticas entre oposição e Governo Provisório/Interventoria. Analisando a formação do cenário político regional subsequente aos episódios da *Guerra Civil* de 1932, procuramos dar luz para a complexidade da primeira eleição depois do conflito armado. Chamamos novamente a atenção para o fato de que o conflito armado, em si, foi fraco no estado. Isso, especialmente, se comparado com aquilo que ocorrera em São Paulo. No entanto, o impacto no cenário político foi muito significativo.

Não apenas esvaziou a FUG, com a fuga de membros importantes de seus quadros, que não concordavam com a estratégia *frenteunista* de pegar em armas contra o *varguismo*, ou, até mesmo, somente discordavam do tom oposicionista que o núcleo tomou. Essa postura passou a ser mais clara, na medida em que a FUG não conseguia influenciar os rumos da política federal e, especialmente, do Governo Provisório. A *Guerra Civil* de 1932, portanto, foi o estopim de um processo que se iniciou já em 1930.

O envolvimento da FUG também suscitou outras questões importantes, que merecem ser pontuadas. Desde a sangrenta *Guerra Civil* de 1893, o PRR controlava soberanamente a política regional. Este domínio, que assegurou na Primeira República a chefia de Borges de Medeiros por um quarto de século, também possibilitou a ascensão de novas figuras de destaque na política regional e nacional. Entre elas, o chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas, e a possibilidade de indicar o interventor de seus quadros, Flores da Cunha.

A *Guerra Civil* simbolizou não apenas o rompimento de ambos, mas o limbo do PRR para a oposição. Isso porque Flores da Cunha, do PRR, não aderiu ao movimento armado, questão que era chave para os insurretos. Para ele, sua lealdade ao Governo Federal lhe rendeu influência política, ponto que não era significativo nas hostes do PRR. Não é exagero afirmar que, até a *Guerra Civil*, Flores da Cunha era um interventor com pequena influência nas decisões políticas dentro da FUG. Situação totalmente inversa quando o *crash* tem, como consequência, a fundação do PRL, do qual era chefe.

Essa influência, que abrangiu, também, a política federal, se entendeu por uma série de fatores. Mas não há dúvidas de que, entre eles, o principal foi o fato de o Interventor conseguir manter a fidelidade política do estado ao Governo Provisório. Essa garantia de lealdade do Rio Grande do Sul ao *varguismo* englobou não apenas a *Guerra Civil*, mas, também, o sucesso nos pleitos eleitorais, do qual 1933 foi o primeiro.

Esse artigo, portanto, busca contribuir para conhecer o complexo jogo político que ocorreu neste período, quando o *florismo* e o *varguismo*, aglomerados no PRL, passaram a cumprir o papel que fora, no estado, protagonizado pelo PRR por quase quatro décadas. Até porque, acreditamos que é insuficiente conhecer o regime *varguista* sem analisar as disputas políticas regionais, pois, estas foram um componente muito presente durante a Primeira República, não estando excluídas no período aqui pesquisado.

Pelo contrário. Tanto que, como pudemos perceber neste texto, o envolvimento do próprio Governo Provisório, nessas querelas, era bastante ativo. Isto é, utilizando-se de práticas repressivas e, especialmente por meio de seus interventores, lançou mão de práticas de fraudes eleitorais. É possível levantar, portanto, a dúvida a respeito do fim de práticas “coronelistas” nos pleitos a partir de 1930. Embora, do ponto de vista jurídico, tenha havido um avanço, no cotidiano político essas condutas seguiram com a anuência das interventorias e com a conivência do Governo Provisório.

TELEGRAMAS CONSULTADOS IN LOCU

Arquivo Getúlio Vargas, 20.11.1932, CPDOC-FGV, GV c 1932.11.10.

Arquivo Getúlio Vargas, 07.03.1934, CPDOC-FGV, GV c 1934.03.07.

Arquivo Getúlio Vargas, 20.11.1932, CPDOC-FGV, GV c 1932.11.10.

Arquivo Flores da Cunha, 01.01.1933, NUPERGS, doc n° 003/824.

Arquivo Flores da Cunha, 02.01.1933, NUPERGS, doc n° 003/822.

Arquivo Flores da Cunha, 25.01.1933, NUPERGS, doc n°003/832.

Arquivo Flores da Cunha, 07.02.1933, NUPERGS, doc n° 003/835.

Arquivo Flores da Cunha, 07.02.1933, NUPERGS, doc n° 003/834.

Arquivo Flores da Cunha, 1933, NUPERGS, doc. n° 003/1128.

Arquivo Raul Pilla, 08.04.1933, NUPERGS (Pasta de xerox do NUPERGS).

Arquivo Raul Pilla, 21.06.1932, NUPERGS (Pasta de xerox do NUPERGS).

Arquivo Raul Pilla, 11.07.1933, NUPERGS, doc. n° 003/853.

Arquivo Raul Pilla, 07.1933, NUPERGS (Pasta de xerox do NUPERGS)

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de. *Dicionário histórico biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

ABREU, Luciano Aronne. *Um olhar regional sobre o estado novo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

BELLINTANI, Adriana Iop. *Conspiração contra o Estado Novo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: REMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

BUENO, Antônio Avelange Padilha. *Raul Pilla: aspectos de uma biografia política*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) - PUCRS, Porto Alegre, 2006.

CARNEIRO, Glauco. *Lusardo, o último caudilho*. São Paulo: Nova Fronteira, 1977.

CASTRO, Maria Helena de Magalhães. O Rio Grande do Sul no pós-30: de protagonista a coadjuvante. In: GOMES, Angela Maria de Castro (Org.). Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30. Rio de Janeiro: Fronteira, 1980.

CORTÉS, Carlos E. *Política gaúcha (1930-1964)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

COSTA, Adroaldo Mesquita da; CARRION, Francisco Machado; ROCHA, Eloy José da. Depoimentos: a liga eleitoral católica. In: SIMPÓSIO SOBRE A REVOLUÇÃO DE 30, 1983, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: ERUS, 1983.

DIAS, Carlos Gilberto Pereira. *Antônio Chimango no limiar da velhice: apontamentos sobre a trajetória política de Borges de Medeiros*. 2001. Dissertação (Mestrado em História) - PUCRS, Porto Alegre, 2001.

DIAS, Sônia. Dom João Becker. In: ABREU, Alzira Alves. *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República*. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

DILLENBURG, Sérgio Roberto. Correio do povo. In: ABREU, Alzira Alves de. *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República*. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

ELÍBIO JUNIOR, Antônio Manoel. *A construção da liderança política de Flores da Cunha: governo, história e política*. 2006. Tese (Doutorado em História) - UNICAMP, Campinas, 2006.

FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, Borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1996.

FLORES, Ericson. *Um posto de combate e uma tribuna de doutrina: o partido libertador e o jornal Estado do Rio Grande (1929-1932)* 2009. Dissertação (Mestrado em História) - UPF, Passo Fundo, 2009.

FONTOURA, João Neves. *Accuso!* Rio de Janeiro: [s. n.], 1933.

FONTOURA, João Neves. *Perfis parlamentares*. Seleção e introdução de Hélió Trindade. Brasília: Câmara dos deputados, 1978. (Perfis parlamentares 8).

FRANCO, Sérgio da Costa. *Julio de Castilhos e sua época*. Porto Alegre: UFRGS, 1996.

GOMES, Ângela de Castro. Notas sobre uma experiência de trabalho com fontes: arquivos privados e jornais. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 1, n. 2, set. 1981.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. 'Ficac com Rio Grande e sêde o seu galhardo conductor na nova crusada redemptora': o papel do Rio Grande do Sul na 'Revolução' de 1932 - antecedentes e consequências. In: BRUM, Cristiano Enrique et al. (Org.). *O historiador e suas tecnologias*. Porto Alegre: Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul, 2015a.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. *A luta pelo poder: a política gaúcha em perspectiva*. 2016. Dissertação (Mestrado em História) - PUCRS, Porto Alegre, 2016.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. 'Estou forte e mantereí a ordem. Reagiremos!' Um estudo a respeito da política rio-grandense por meio da 'revolução' de 1932. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, v. 149, p. 129-147, 2015b.

LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução a história dos partidos políticos brasileiros*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

MOURELLE, Thiago Cavalieri. *A guerra pelo poder: a Câmara dos Deputados confronta Vargas (1934-1935)*. 2015. Tese (Doutorado em História) - UFF, Niterói, 2015.

NOLL, Maria Izabel. *Partidos e política no Rio Grande do Sul*. 1980. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - UFRGS, Porto Alegre, 1980.

O PARTIDO republicano liberal e seu programa. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1933.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *RS: A economia e o poder nos anos 1930*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. *Crime e castigo: conflitos políticos no Rio Grande do Sul (1928-1938)*. Passo Fundo: UPF Editora, 2001.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. História regional: dimensões teórico-conceituais. *História: debates e tendências*. Passo Fundo, n. 1, jun. 1999.

SILVA, Roberto Bittencourt da. *Alberto Pasqualini: trajetória política e pensamento trabalhista*. 2012. Tese (Doutorado em História) - UFF, Niterói, 2012.

SILVA, Thiago; SILVA, Estevão. Eleições no Brasil antes da democracia: o código eleitoral de 1932 e os pleitos de 1933 e 1934. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 23, n. 56, dez. 2015.

TAUFNER, Paulo Roberto. *Partido libertador: formação e atuação política*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) - Unisinos, São Leopoldo, 2008.

TRINDADE, Héglio. *Revolução de 1930: partidos e imprensa partidária no Rio Grande do Sul (1930-1937)*. Porto Alegre: L&PM, 1980.

LIMA, Bruno de Mendonça. Entrevista concedida a Héglio Trindade. Pelotas: NUPERGS/UFRGS, 1979. Fita cassete.

CORREIO DO POVO, Porto Alegre, Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, 3 maio 1935.

CORREIO DO POVO, Porto Alegre, Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, 5 maio 1933a.

CORREIO DO POVO, Porto Alegre, Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, 7 maio 1933b.

Recebido em 05/09/2017

Aprovado em 11/01/2018